

DOSSIÊ

O POTENCIAL CRÍTICO DAS NARRATIVAS JORNALÍSTICAS SOBRE O PERÍODO DITATORIAL NO BRASIL

Copyright © 2015
SBPjor / Associação
Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo

MARTA REGINA MAIA

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Minas Gerais, Brasil

THALES VILELA LELO

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo, Brasil

RESUMO - Objetivamos discutir, nesse trabalho, o potencial crítico das narrativas sobre o período ditatorial no Brasil (1964-1985), recuperadas por meio de histórias recentes de atores envolvidos em acontecimentos até então não tematizados pelo jornalismo. Como norte metodológico, buscaremos apreender os dispositivos de enunciação e as formas de con-vocação do leitor nesse campo. A discussão de como esses dispositivos aparecem será apresentada por intermédio de duas entrevistas inéditas sobre essa época e por suas re-verberações em diversos meios de comunicação. Acompanharemos aqui o esforço de uma vertente do jornalismo que não se abstém das conexões entre a experiência, a me-mória coletiva e a política, na trilha do contexto estabelecido por inúmeras Comissões da Verdade, apontando para uma visada crítica em seu modo de estabelecer contato com o público.

Palavras-chave: Ditadura; jornalismo; narrativas; memória; política.

EL POTENCIAL CRÍTICO DE LAS NARRATIVAS SOBRE EL RÉGIMEN DICTATORIAL EN BRASIL

RESUMEN - En este trabajo objetivamos discutir el potencial crítico de las narrativas sobre el régimen dictatorial en Brasil (1964-1985), recuperadas a través de las historias recientes de los actores implicados en los eventos hasta ahora no pautados por el periodismo. Como norte metodológico, buscaremos entender los dispositivos de enunciación y las formas de convocación del lector en este campo. La discusión de cómo aparecen estos dispositivos será presentada por dos entrevistas inéditas acerca de esta época y por sus reverberaciones en diversos medios de comunicación. Vamos seguir aquí el esfuerzo de una hebra de periodismo que no se abstiene de las conexiones entre la experiencia, la memo-ria colectiva y la política, indicando una visada crítica en su modo de establecer contacto con el público.

Palabras-clave: Dictadura; periodismo; narrativas; memoria; política.

THE POTENTIAL FOR CRITICISM IN JOURNALISTIC NARRATIVES ABOUT THE DICTATORIAL PERIOD IN BRAZIL

ABSTRACT - This paper discusses the critical potential of narratives about the dictatorial period in Brazil (1964-1985), recovered by recent stories of actors involved in events hitherto not themed by journalism. As a methodological north, we seek to seize enunciation devices and forms convening this field. The discussion of how these devices appear will be pre-sented by two new interviews about that time and its reverberations in various media. We will follow here the effort of a strand of journalism that do not abstain connections between experience, collective memory and politics, on the trail of the context established by many Truth Commissions, pointing to a critical target in its way of establishing contact with the public.

Keywords: Dictatorship; journalism; narratives; memory; politics.

INTRODUÇÃO

Passaram-se mais de 50 anos do golpe civil-militar enfrentado no Brasil e somente agora o país tem acesso à chamada justiça de transição, que deveria operar como passagem do regime autoritário para o democrático. Isso é possível, em especial, a partir da instalação das Comissões Nacionais da Verdade (CNV), em 2012, órgãos oficiais e temporários que apuram transgressões dos Direitos Humanos ocorridas em períodos de repressão, e das Comissões estaduais, municipais e em universidades. O país realizou o pagamento de indenizações às vítimas, garantindo o direito à reparação judicial, entretanto o direito à justiça, ao reconhecimento das iniquidades sofridas e às reformas institucionais não foi assegurado logo após o final da ditadura; somente nesta última década é que a discussão sobre esses direitos emerge, como aponta Piovesan (2010). A implementação das Comissões passa a estimular a emergência de acontecimentos até então reduzidos à esfera privada, sejam eles graves infortúnios ou terríveis marcas pessoais, muitos deles envolvendo ainda a morte e o desaparecimento de familiares e a tortura e violação de sujeitos, promovidas por oficiais credenciados aos mecanismos de Segurança Pública da época do regime ditatorial.

Constata-se que o jornalismo brasileiro, nos últimos anos,

vem se apresentando como um dos espaços de reverberação de narrativas sobre a ditadura militar, período ainda nebuloso da história recente da sociedade brasileira. Nesse artigo, pretendemos evidenciar a conexão que há, nessa conjuntura, entre a experiência (ou o anseio do jornalismo de endereçar/canalizar em seu possível leitor uma sensibilização para as histórias de sujeitos que vivenciaram traumas durante a ditadura militar); a memória (uma memória coletiva, atinente ao que transcorreu em um período histórico, mas estava até então apagado ou imerso em um fluxo disperso e fragmentário de narrativas); e a política (pois as narrativas de traumas ocasionados por torturas ou assassinatos apontam para a injustificabilidade de tais sofrimentos e para a necessidade de sua reparação/tratamento). A discussão será mobilizada por duas entrevistas e suas reverberações nos *media*, com a perspectiva de enredamento dos nexos dessas instâncias por intermédio de uma averiguação dos “dispositivos de enunciação” (VERÓN, 2004) das reportagens. A primeira delas foi publicada pela revista *Brasileiros*, e relata o caso de Eugenia Zerbini, filha de um general, que foi estuprada na sede do DOI-CODI em 1970 (VILLAMÉA, 2013b) e outra, publicada pelo site noticioso *Terra*, conta a história de Maria de Fátima Setúbal, torturada por agentes de segurança no Rio de Janeiro, em 1971 (PIMENTEL, 2014).

Essas duas narrativas, entre outras que poderiam ser examinadas nesse trabalho, têm em comum o ineditismo do relato, dado que, pela primeira vez, as protagonistas tornam públicas suas experiências. Outro elemento que as unifica é o fato de terem sido acionadas a partir da memória coletiva que está sendo reconfigurada na esfera pública, proporcionada pela justiça de transição no Brasil. Acompanhamos aqui um esforço do jornalismo de transmutar uma vivência pessoal em uma experiência compartilhada, na trilha do contexto criado pelas Comissões da Verdade, que amparam o desejo das falas das duas vítimas, e que carregam consigo uma crítica a determinadas formas de injustiça de Estado.

1 CRÍTICA E FORMAS DE CONVOCAÇÃO DO LEITOR

Quando se discorre acerca da articulação mídia/ditadura no cenário recente no Brasil, percebemos os esforços do jornalismo (ou ao menos de algumas de suas expressões materializadas

em veículos impressos e em meios audiovisuais)¹ de não se abster do *link* experiência-memória-política, apontando para uma visada crítica em seu modo de estabelecer contato com seus públicos. Situação diferente do que apontava, por exemplo, o diagnóstico de Mouillaud (1997b) ao assinalar uma tendência da imprensa contemporânea em se apagar em meio aos acontecimentos que enquadra e trata em suas páginas; e principalmente em meio às fontes que cita nas reportagens (preenchendo os textos de citações como se o embotamento de vozes garantisse a polifonia do discurso). Nesse horizonte apontado por Mouillaud, a enunciação jornalística se proporia como um proferimento sem voz própria, deixando “aparecer o real tal como é, ou é suposto de ser. O ‘real’ é o álibi da voz que falta” (1997b, p.186). Tétu (1997) também acompanha esse raciocínio, indicando que a narração jornalística teria construído um discurso no qual tentaria configurar um texto sem mediação, como se o leitor, ao ler um periódico, estivesse sendo remetido diretamente à referência bruta do fato singular, sem filtros ou orientações ideológicas e morais. Em suas palavras “na medida em que o jornal é o local da confluência de uma grande variedade de discursos, poder-se ia pensar que o ‘social’ fala nele e através dele. É, de fato, a ilusão que o jornal quer produzir” (TÉTU, 1997, p.198).

Não será necessário nos deter no fato de que não é presumível uma enunciação livre das mediações de um olhar e de um enquadramento, algo que implica em uma forma específica de leitura e conformação da realidade social. Como assevera Mouillaud (1997a), a informação “é o que é possível e o que é legítimo mostrar, mas também o que devemos saber, o que está marcado para ser percebido” (p. 38), de modo que não se pode esquecer que uma informação é sempre bordejada por uma orla de sombra. “O inominável não é somente a montante ou a jusante do que é mostrado, é preferencialmente seu semelhante e lhe é imanente” (MOUILLAUD, 1997a, p. 38). Nesse sentido, é viável dizer que toda informação carrega consigo uma faceta do desconhecido, daquilo que não foi possível apreender ou rastrear naquele momento.

Destarte, o risco do entendimento da imprensa como uma “lupa” ou um “espelho” com as lentes apontadas diretamente para os acontecimentos públicos ou notórios é o de se esquecer de que, ao se debruçar na tessitura mundana com essas lentes direcionadas ao que comumente se tem como assentado em um nível sócio-histórico, o jornalismo pode aderir ingenuamente ou pro-

positalmente às visões de mundo hegemônicas e opressoras que estejam em voga em uma determinada conjuntura. Assim, a profissão ficaria esvaziada de sua potência crítica e se condescenderia ao trabalho de “manutenção da realidade”, que, como verifica Boltanski (2009), serve basicamente para reforçar a relação entre as formações simbólicas e os estados de coisas, ou seja, o jornalismo teria sua função pública aplainada em benefício da produção de reportagens que meramente reafirmariam a coincidência entre uma configuração específica da realidade social e a manifestação desse cenário em eventos concretos.

Mas se há um desejo por parte de uma parcela da imprensa de falar sobre tudo com a pretensão de que seria possível apagar esse extracampo que acompanha a informação ou os espaços de enunciação, há também jornalistas que são cientes de sua limitação de acesso ao mundo e, nesse sentido, se esvaem dessa pretensão de soberania sobre as ocorrências e se dão conta das circunstâncias presentes (e dos limites) que as conformam, assim como há histórias “dramáticas”, digamos assim, que agenciam leitores e clamam por audiência. E se não há um todo coerente para ser extraído e despejado em texto, também não há um real pronto para ser contado. Aquilo que se nomeia como “realidade socialmente organizada” é sempre frágil a acontecimentos que a coloquem sob suspensão ou contradigam sua lógica aparentemente concisa. E esses acontecimentos emergem, no caso específico do jornalismo, da parte de sombra que acompanha a informação, pavimentando o caminho para que novos arranjos e compreensões sobre a sociedade sejam formulados.

Dessa maneira, nos inclinamos a afirmar que o potencial crítico das narrativas sobre o período ditatorial, retomadas por meio de histórias recentes de atores envolvidos em acontecimentos até então não tematizados nos *media*, é fundamentado por uma prerrogativa que pavimenta a conduta do jornalista nesta seara: alguém cômico de suas limitações no acesso ao mundo social e, ciente de que sua atuação não é esvaída de sentido, se debruça nos diálogos entre aquilo que “se exhibe” e que já se permite ser visto, com aquilo que está para além de qualquer narração convencional ou mesmo pode ser tratado/reparado por meio de uma reportagem. É evidente que aqui não se advoga em favor de um jornalismo crítico gestado unicamente por meio de atores isolados que estão sensibilizados para essas questões acerca de sua profis-

são. Do mesmo modo, não se propugna que as histórias “dramáticas” sejam autônomas, sendo necessariamente expostas para o público. Existem as instituições, e elas imprimem sua força sobre os sujeitos, como os estudos sobre o *newsmaking* já deixaram claro (WOLF, 1995). Mas mesmo as organizações podem ser projetadas viabilizando esse tipo de expressão, como ficará claro nos dois casos que conformam o *corpus* desse trabalho.

Para entender como se processa esse potencial crítico no âmbito das reportagens que tecem o fio condutor dessa investigação, considera-se imperioso apreender a maneira como, nos textos, se desenham “dispositivos de enunciação”, convocando o leitor de formas distintas daquelas associadas à imprensa tradicional, de modo a estabelecer com ele contratos de comunicação alternativos. Segundo Verón, “uma análise do dispositivo de enunciação é o que chamo de uma análise na produção: mas o contrato se cumpre, mais ou menos bem, no leitor: no reconhecimento” (2004, p. 234). Fausto Neto e Sgorla também se ocupam desse lugar da enunciação na gestação do que eles nomeiam como “zonas de contato/interpenetração” entre jornal/leitor, tratando o leitor “como um produto de um ato de indução realizado pelo dispositivo jornalístico, ação na qual se instalam as possibilidades de elos e de interação entre meios e a sociedade” (2013, p. 2), de modo que a análise se conduz no propósito de entender “como os processos de indução de sua existência [do leitor] vêm sendo engendrados e transformados na ambiência das práticas jornalísticas” (2013, p. 4).

Se nos propomos a apreciar, via análise, os “dispositivos de enunciação” tracejados na condução das reportagens que abordam as iniquidades experimentadas no regime ditatorial no Brasil, é basicamente porque entendemos que se desenha, nesse horizonte, a seguinte problemática: se, como Mouillaud (1997b), assinala, no jornalismo contemporâneo vivencia-se uma crise do leitor em decorrência do fato dos veículos noticiosos procurarem ocultar sua maneira de ler e interpretar os fenômenos, o que decorre quando os mecanismos de estabelecimento de contratos comunicativos são manifestos? Em nível específico, quais as características dos “dispositivos de enunciação” das entrevistas esquadrihadas?

2 A VERGONHA DECORRENTE DE UMA POLÍTICA DE INTIMIDAÇÃO

Em 18 de setembro de 2013 a revista *Brasileiros* publica uma reportagem assinada pela jornalista Luiza Villaméa intitulada “A filha do general”, trazendo à luz o caso de Eugenia Zerbini, que em 1970 e com apenas 16 anos, havia sofrido um estupro na sede da Operação Bandeirantes por um agente ligado à repressão. Eugenia era filha do general Euryale de Jesus Zerbini que, em 1964, havia sido cassado por resistir ao golpe militar, e de Therezinha Godoy Zerbini, que se tornaria célebre ao liderar o movimento pela Anistia no Brasil.

Antes de tudo, importante lembrar que a trajetória de Luiza Villaméa na *Brasileiros*, desde sua contratação em 2012 como jornalista especial, já entrecruzara com questões ainda pouco debatidas pelo jornalismo no que tangencia às torturas promovidas por oficiais no transcorrer do regime militar. No ano de sua contratação, Villaméa publicou uma grande reportagem sobre Carlos Knapp, o chefe de uma agência de publicidade que apoiou durante anos a resistência armada à ditadura. No ano seguinte, a jornalista assina uma série intitulada “Filhos do Brasil”, que narra a história de quatro pessoas que vivenciaram na infância experiências traumáticas ligadas à repressão².

“A filha do general” caminha na esteira dessas outras produções, tendo como mote o fato de que Eugenia Zerbini (uma bem-sucedida executiva do setor financeiro, como a reportagem destaca) até então nunca havia comentado sobre o estupro do qual havia sido vítima na década de 1970 (nem mesmo a seus parentes, com exceção de sua filha, Eleonora Zerbini). Isso é frisado mais detidamente em duas circunstâncias no texto:

Eugenia voltou para casa e *não contou para ninguém o que tinha acontecido*: “Papai poderia fazer uma loucura. Quando eu nasci, ele tinha 46 anos. Fui a primeira filha. A mulher que ele amava estava presa e eu dizer que tinha acontecido aquilo comigo? Contar para a minha avó Arminda, a mãe da minha mãe? Dar essa dor para ela? A filha dela já estava presa (...) Era uma *política de intimidação* (VILLAMÉA, 2013b, p. 56, grifos dos autores)

A própria violação Eugenia decidiu trazer ao público, pela primeira vez, na *Brasileiros*, por considerar que era uma história muito mal digerida: “Já passei horas no *Google Images* atrás de fotografias dos antigos torturadores, tentando identificar aquele homem. Agora, (...) com a Comissão da Verdade, as pessoas falam. O meu depoimento será considerado. Antes, a maior dor que poderia me ser infringida, se não fossem suficientes as dores do dia 13 de fevereiro de 1970, seria duvidarem do meu relato”. (VILLAMÉA, 2013b, p. 57)

Após a publicação da reportagem, Eugenia Zerbini participaria de uma audiência pública da CNV na Assembleia Legislativa de São Paulo (em novembro de 2013), relatando o mesmo caso que ganhou projeção inicial na *Brasileiros*. A matéria também gerou uma repercussão significativa em outros meios, inserindo-se, como Fausto Neto (2010) indica, em um sistema de circulação complexo.

Reabrir os textos significa enfrentar de modo inevitável a realidade da circulação. Se os textos são datados quando escritos e, quando oferecidos aos leitores para o seu primeiro contato, sofrem a interferência da circulação, pois, são recontados em novos momentos nos quais podem ser produzidas novas escutas e leituras. (FAUSTO NETO, 2010, p. 65-66).

Esse processo de reabertura em outros veículos é intitulado de formas distintas, conclamando, sobretudo, atenção à violência que envolveu o caso: “Fui estuprada pelos militares”, diz filha de general cassado pela ditadura” (PRAGMATISMO POLÍTICO, 2014); “Filha de general cassado pela ditadura diz que foi estuprada ao visitar a mãe presa” (MADEIRO, 2013). No primeiro título, o recurso à citação visa conferir maior autoridade ao relato posterior, já no segundo outro elemento trazido à tona logo no início para frisar a brutalidade e a injustificabilidade do crime cometido, que é o fato de que Eugenia, na ocasião em que sofreu o estupro, estar dentro da sede da OBAN em São Paulo (ela havia se dirigido ao local para entregar à mãe, Therezinha Zerbini - que havia sido levada de sua casa à prisão -, artigos de higiene pessoal e roupas íntimas).

Da matéria original à sua reverberação em outras publicações e portais de notícia, decorrentes da presença de Eugenia na audiência da CNV, há uma contínua ligação entre o trauma sofrido, sua retenção no *self* devido a uma fragmentação dos laços experimentada por um sentimento de vergonha, e uma recuperação da memória coletiva via crítica das injustiças perpetradas ao longo do período ditatorial. A informação ganha a cena carregada pelas sombras que envolveram um momento histórico do país e que permanecem ainda borradas na memória coletiva.

O jornalismo esforça-se em promover a articulação entre esses três elementos: o trauma, a subsequente vergonha e retenção, e sua posterior recuperação como forma de crítica a um conjunto de relações injustas que transcorreram no regime ditatorial, que acabam convergindo tanto no relato de Eugenia a *Brasileiros* quanto em sua retomada nas matérias dos portais *Pragmatismo Político* e no *Notí-*

cias UOL, ocorridas após a ida da filha de Therezinha Zerbini à audiência pública da CNV.

A ferida ocasionada a Eugenia pelo militar que a estuprou na sede da OBAN é considerada por ela mesma como algo “mal digerido”, que se incrustou em sua trajetória. A lembrança da ocorrência é tenebrosa, como ela mesma descreve: “Quando acabou, ele abriu a porta. De repente, vi que estava na porta para a rua. Eu nem olhei para trás. (...) Queria ir embora, ficar longe daquilo. Tanto que enquanto andava na rua Tutoia, procurando um táxi, eu falava para mim mesma ‘vai, vai, não olha para trás’” (VILLAMÉA, 2013b, p. 56). O caráter fragmentário desse sofrimento infligido, em primeira instância, diz de uma experiência na qual a percepção fora refreada, inviabilizando uma compreensão plena do vivenciado. O relato de Eugenia destaca exatamente essa dificuldade em processar o sofrido e torná-lo parte de uma trajetória – uma experiência propriamente dita, que marca um percurso de vida. Como a própria fala nos permite entrever, a possibilidade de “digestão” do que ocorreu, em seu caso, estava intrinsecamente relacionada à verbalização de sua angústia em si, que ganha existência para ela quando exposta em público: “Agora que tornei isso público, fiquei mais leve. Sei que não foi a mim, eles estavam fazendo isso para atingir meu pai e minha mãe. E eu fui um veículo que estava à mão” (MADEIRO, 2013).

As reportagens conectam essa percepção refreada que marcou a vida de Eugenia à sua incapacidade de contar antes o que lhe afetava. Isso é trazido tanto no texto da *Brasileiros*, quanto naqueles que dialogam com o seu relato na audiência da CNV, por meio de citações diretas engolfadas por um profundo sentimento de vergonha: “Não tive coragem de falar pra ele [meu pai], não falei a minha vó. Ela estava com a outra filha presa. Ia falar para quem? Telefonar para o Rio de Janeiro? A gente fica com mais vergonha daquele que fez do que da gente’, disse.” (MADEIRO, 2013). A vergonha que Eugenia relata ter vivenciado e dificultado sua percepção sobre a experiência sofrida não é de modo algum uma vergonha tratada no âmbito da intimidade, mas sim como um sentimento público que marcou a política do regime militar no Brasil. Scheff (2013) sugere que a vergonha é a mais social das emoções, por estar diretamente relacionada à possibilidade de perda/fragmentação de vínculos (antecipamos essa possibilidade e nos contemos em face de um possível rom-

pimento do laço, na maior parte das vezes), e por assumir a função de sinalizador diante da potencialidade de uma transgressão moral em um ambiente público, reprimindo o sujeito de cometer um ato que posteriormente possa causar a ele um abalo moral. Como os relatos sugerem, sua vergonha decorria do receio de que caso contasse a seus familiares o estupro sofrido, poderia ser vítima de uma fragilização de seus vínculos afetivos ou causar ainda mais consternações a seus entes, de modo que ela optou por manter o segredo durante décadas.

Esse receio é também atrelado à possibilidade de seu relato ser desconsiderado ou tratado como uma mentira: “Contar para os meus colegas do Colégio Rio Branco, que diziam que eu era filha de comunista? Nessa época, a classe média e a classe média alta estavam eufóricas. Ganhavam rios de dinheiro no mercado financeiro. As pessoas estavam pouco se importando com a tortura” (VILLAMÉA, 2013b, p. 57). Esse potencial desprezo à dor supostamente infligida à Eugenia dificultaria ainda mais a sua “digestão” da experiência. Scheff esclarece essa questão em uma de suas reflexões: “Talvez o maior obstáculo ao progresso na resolução de conflitos é que uma ou ambas as partes sentem que suas histórias não foram contadas, ou se contadas, não ouvidas” (SCHEFF, s/d).

Sendo a vergonha uma emoção social, não é possível descolar a desolação vivenciada ao longo dos anos por Eugenia a uma “política de intimidação” (VILLAMÉA, 2013b) versada como um elemento fulcral de manutenção da ditadura civil-militar. Essa política, responsável por embarreirar a coletivização dos dramas experimentados por aqueles que, como Eugenia, foram vítimas de torturas ou perderam parentes, levou ao estilhaçamento da memória coletiva em um conjunto de pequenos relatos, que agora se organizam aos poucos no seio das audiências da CNV. Se Eugenia diz que passou a acreditar que as pessoas considerariam seu depoimento consistente somente após a instalação da CNV, é porque através dessa Comissão seria viável a articulação de determinadas histórias sob um mesmo pano de fundo³, de modo a criticar a “versão oficial” oferecida pelas instituições do Estado até aquele momento (embora a própria CNV tenha sido formulada por instituições dessa espécie).

3. FIM DO SILÊNCIO E NECESSIDADE DE REPARAÇÃO DA INJUSTIÇA

O outro caso acionado para a análise foi possibilitado pela Clínica do Testemunho⁴, um dos espaços criados a partir das discussões das Comissões da Verdade. O depoimento de Fátima Setúbal é emblemático nesse sentido, já que somente após frequentar a Clínica conseguiu expor, de maneira pública (em depoimento concedido à Comissão da Verdade do Rio de Janeiro no dia 29 de outubro de 2013), as torturas sofridas em 1971, quando tinha apenas 18 anos. Após esse depoimento, houve uma repercussão do caso por vários meios de comunicação, o que proporcionou, como no caso de Eugenia Zerbini, a articulação do caso em um sistema de circulação complexo (FAUSTO NETO, 2010). Nas matérias do site noticioso *Terra*, no site de *O Globo*, na revista *QG* (Globo) e no especial do *GNT* “Mulheres em luta” é possível perceber esse movimento.

Fátima tem uma trajetória marcada por situações traumáticas, tendo sido presa em duas oportunidades na década de 70. Participou do grupo VAR-Palmares, grupo que lutava contra a ditadura por intermédio de ações diretas, tendo vivenciado a morte de dois irmãos durante os anos 70 e 80 do século XX. Antonio Marcos Pinto de Oliveira e Januário José Pinto de Oliveira também participavam da mesma organização, sendo o primeiro morto na chamada Chacina de Quintino, em 1972 e o segundo encontrado morto, em 1983, com sinais de enforcamento e sem nenhum esclarecimento policial mais conclusivo até hoje.

Na entrevista concedida ao jornalista Mauro Pimentel, do *Terra*, ela conta que somente agora, após quatro décadas em silêncio, ela consegue falar e escrever sobre o período em que esteve presa no Rio de Janeiro. Para que ela pudesse falar foi preciso reconhecer que o seu sofrimento era compartilhado por muitos outros e que, de alguma maneira, tinha importância para a memória coletiva do Brasil:

Eu chegava aos frangalhos. Foi aí nesse processo que eu descobri a tortura psicológica que eu sofri. Eu só me preocupava com a tortura física que eu sofri. A minha vida foi antes e depois do meu depoimento e do processo de terapia devido ao depoimento na Comissão da Verdade. Eu retomei contatos familiares. (PIMENTEL, 2014)

A terapia também serviu para a melhora de sua autoestima, a valorização de sua experiência e sua inserção na memória

coletiva: “As Clínicas e o depoimento na Comissão da Verdade do Rio de Janeiro mostraram que eles se foram e eu fiquei, lutando por sua memória. Também sou protagonista” (BRANDALISE, 2014). Ela ainda explicita a dimensão política de seu relato ao reforçar a necessidade de reparação da injustiça: “Foi muito difícil visitar as histórias do passado, mas eu precisava fazer isso pelos meus irmãos” (PIMENTEL, 2014), além de lembrar as humilhações sofridas no enterro de seu irmão em 1972: “Quando minha mãe começava a rezar (...) e a chorar mais alto, eles (os policiais) chegavam armados e falavam para não falar alto e nem chorar alto”. (CASTRO, 2014)

A história também ganhou repercussão ao ser levada para a televisão, em 26 de março de 2014, na estreia do especial *Mulheres em Luta*, produzido pelo canal GNT. Nesse episódio, ela comenta sobre as torturas sofridas, os maus tratos e as situações de vergonha pelas quais passou. Ela relata que, ao tentar enfrentar os torturadores na escura sala de tortura se negando a tirar suas roupas, teve as mesmas rasgadas pelos torturadores que diziam; “ah! Corajosa a moça!...” (GNT, 2014). Ela conta a situação vexatória que enfrentou, pois em seu corpo nu foram enrolados fios que passavam pelos órgãos genitais com choques frequentes, intensificados por água que era jogada de maneira constante no sentido de agravar os choques.

Fátima Setubal, ao conseguir narrar a experiência sofrida nas sessões de tortura, o faz a partir de uma memória coletiva que começa a ser forjada na interlocução dos inúmeros depoimentos que emergem. Na medida em que muitos conseguem falar, pode-se dizer que há uma contaminação no tecido social no sentido da multiplicação de histórias que poderiam ter sido esquecidas ou abafadas pela chamada história oficial. Ela assume que só conseguiu contar a sua experiência ao se reconhecer nos outros participantes da Clínica: “É resultado da acolhida de quem viveu a mesma dor”. (BRANDALISE, 2014). Das sessões de terapia da Clínica à Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, entre entrevistas como as citadas nesse trabalho, Fátima passou a valorizar a sua participação na história do país: “Me via como coadjuvante, achava que minha história não importava”. (BRANDALISE, 2014). As lembranças desses que poderiam ser chamados de novos agentes da história inscrevem no presente as marcas provenientes do passado. Os vestígios do passado surgem como uma espécie de conector últi-

mo que possibilita a refiguração do tempo (RICOEUR, 2010b). Os indícios desses vestígios podem ser fortes ou fracos, a depender das marcas encontradas nos arquivos, documentos e testemunhos que configuram o espaço público em que a história é enredada; é recorrer, como nos diz Paul Ricoeur “à significância de um passado terminado que, no entanto, continua preservado em seus sinais”. (2010b, p. 204)

Ao tomar conhecimento de histórias semelhantes, ao saber que poderia contar com uma política de reparação por parte do mesmo Estado que a fez sofrer um dano, Fátima consegue articular sua história individual com uma história pública, da qual ela também faz parte. Ela consegue encontrar uma dimensão compartilhada para uma dor que não é prerrogativa pessoal.

Paul Ricoeur, ao problematizar a relação entre tempo e narrativa, apresenta a composição da intriga como elemento mediador desse processo⁵. Nessa perspectiva, a narrativa não surge apenas a partir da vontade desejante do sujeito, mas como agenciamento dos fatos mediados pelo componente da intriga, que, no presente trabalho, aciona histórias individuais, e até mesmo heterogêneas, no espaço compartilhado de experiências publicizadas pelas Comissões da Verdade e reverberadas pelos meios de comunicação tradicionais e independentes de todo país. Ainda de acordo com Paul Ricoeur “a composição da intriga nunca é o mero triunfo da ‘ordem’” (2010a, p. 126), dado que a narrativa é atualizada pela presença do receptor. Temos aqui a possibilidade de resignificação das experiências no âmbito da esfera pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornalismo aparece com relativa força na disputa de sentidos do que representou a ditadura para o país. Ao fazer falar vozes consoantes e dissonantes ao período, aparece como um campo narrativo capaz de potencializar aquilo que estava latente no tecido social, afinal como diz Paul Ricoeur: “pode o passado ser inteligível de outra forma que não seja persistindo no presente?” (2010b, p. 240)

Esse movimento diegético proporcionado pelo jornalismo contemporâneo ao engendrar o acesso à memória e à história (AS-

SMANN, 2011) implica conflito e refiguração do passado naquilo que poderia ser nomeado de sua atribuição memorial. Paul Ricoeur (2010a), ao discutir a possibilidade de uma história potencial, o que poderia parecer paradoxal, já que a história carrega uma simbologia daquilo que foi expresso, irá falar que as histórias não ditas acompanham a trajetória do indivíduo e da própria sociedade na medida em que as narrativas ancoram-se também naquilo que pode emergir em momentos específicos e encadear novas histórias, exemplificando a necessidade de se salvar a história dos vencidos e dos perdedores (como o caso das vítimas da ditadura) ao dizer que “toda a história do sofrimento clama por vingança e pede narração”. (2010a, p. 129)

A tentativa de apagamento de certos acontecimentos pode ser considerada uma estratégia de governos totalitários que operam na dinâmica da eliminação física e, principalmente, na imposição da violência simbólica, já que “tudo” deve ser esquecido. Vladimir Safatle (2010), ao discutir o aspecto novo dos acontecimentos em Auschwitz, irá argumentar que o “*desejo do desaparecimento*” (p. 237, grifo do autor) é a tônica desse acontecimento no desenrolar da história social, uma vez que outros genocídios já haviam ocorrido em épocas anteriores. A eliminação do outro é insuficiente, é preciso que nada permaneça; nomes, marcas e traços devem ser apagados da memória. O autor ainda utiliza os exemplos de outros países da América Latina como Argentina e Chile para justificar que o único país que se manteve afinado ao discurso nazista foi o Brasil, encarnando a profecia dos carcosos nazistas ao definir, no âmbito do que se poderia colocar como “história oficial” (já que as histórias são muitas), a “*profecia da violência sem trauma*”. (SAFATLE, 2010, p. 240, grifo do autor). Nota-se, na atualidade, entretanto, um processo disruptivo dessa máxima.

Como estamos percebendo, as atividades das Comissões da Verdade e as narrativas espreiadas pelo jornalismo participam desse processo, permitindo, como nos dois casos, o questionamento de uma forma de apresentação dos eventos que transcorreram entre 1964 e 1985. Percebe-se, em depoimentos como os das duas entrevistadas, a emergência de “testes existenciais”, que, tal como apontados por Boltanski (2009), colocam em suspensão uma forma de organização histórico-social até então não problematizada publicamente, de modo que, nessas ocasiões, o jornalismo assume uma postura questionadora em face de uma determinada visão hegemônica do mundo, evidenciando seu lugar de enuncia-

ção e suas formas de endereçamento do leitor. Se esses testes são facilmente questionados como subjetivos quando alocados separadamente, sua conjugação confere legitimidade e potência para tratar um conjunto de eventos considerados injustificáveis: “As operações críticas (...) são a base para testes existenciais na aceção de que eles têm que se basear em experiências vividas – experiências que servem para extrair do mundo (...) elementos que podem invalidar (...) as relações estabilizadas” (BOLTANSKI, 2009, p.110, tradução dos autores).

Se no período ditatorial houve uma tentativa de rompimento dos laços sociais, na medida em que pessoas foram mantidas prisioneiras, torturadas, sendo muitas delas mortas e seus corpos desaparecidos, haverá possibilidade de recomposição dessas redes sociais? Nos dois casos acionados neste trabalho percebe-se a necessidade do suporte coletivo para que as narrativas proporcionadas por este apoio e reverberadas pelo campo jornalístico possam ser configuradas.

Pensar o lugar do jornalismo no contexto da repercussão que esse tema opera no Brasil é tensionar a dimensão heterogênea que atravessa esse campo. É considerar a possibilidade de acionamento da memória como um dos dispositivos que o jornalismo fomenta para sensibilizar o leitor para as questões políticas que são narradas nos casos averiguados. É postular o lugar crítico assumido pelo jornalismo (ou ao menos parte dele) como uma forma de enfrentamento ao “desejo de esquecimento” mobilizado pelo discurso oficial da ditadura civil-militar. O que as inúmeras variáveis deixam ver é um processo em aberto, ainda em constituição, provocando fissuras na história oficial e desobstruindo barreiras. Na dimensão cultural do presente, a evocação de futuros possíveis.

NOTAS

- 1 Importante registrar que a efeméride “50 anos do Golpe” propiciou “especiais” em praticamente todos os meios de comunicação, o que ocasionou uma grande reverberação sobre o assunto.
- 2 Essa série de reportagens é analisada em MAIA e LELO (2014).
- 3 Vale registrar o caso da jornalista Míriam Leitão, que revelou detalhes até então desconhecidos de sua prisão em 1972, afirmando que a de-

cisão de trazer a público sua história está relacionada às discussões decorrentes da instalação da CNV. (FOLHA, 2014)

- 4 Projeto do Ministério da Justiça, que trabalha em parceria com as Comissões da Verdade. As diversas clínicas começaram a funcionar em maio de 2013, com o objetivo de promover atendimento psicanalítico inédito a vítimas da ditadura e a seus familiares.
- 5 Ao compreender a arte da representação para além das estruturas internas do texto, Ricoeur irá propor a tripla dimensão mimética, em que a mimesis I irá configurar, na modalidade prática, a narrativa que já está pré-compreendida pela própria ação humana, proporcionando a dimensão configurante da mimesis II até encontrar a mediação da mimesis III, responsável pela “intersecção entre o mundo do texto e o mundo do ouvinte ou do leitor”. (2010a, p. 122)

REFERÊNCIAS

ASSMANN, A. **Espaços da recordação:** formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BOLTANSKI, L. **On critique:** a sociology of emancipation. Cambridge: Polity Press, 2009.

BRANDALISE, Vitor H. Marcas de uma geração. **Revista GQ**, Rio de Janeiro, p. 1-1. 29 mar. 2014. Disponível em: <<http://gq.globo.com/Cultura/noticia/2014/03/marcas-de-uma-geracao.html>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

CASTRO, J. Parentes de vítima da Chacina de Quintino se emocionam na Comissão da Verdade do Rio. **Portal O Globo**, Rio de Janeiro, p. 1-1. 29 out. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/parentes-de-vitima-da-chacina-de-quintino-se-emocionam-na-comissao-da-verdade-do-rio-10595732>>. Acesso em: 10 mai. 2014.

FAUSTO NETO, A. As bordas da circulação. **Alceu**, n. 20, p. 55-69, 2010.

FAUSTO NETO, A; SGORLA, F. Zona em construção: acesso e mobilidade da recepção na ambiência jornalística. In: **Anais XXII Encontro Encontro da Compós 2013 – Salvador/BA**, 2013.

JORNALISTA revela tortura com cobra durante a ditadura. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 20 ago. 2014, Caderno *Poder*, p. 8.

GAGNEBIN, J. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GNT. Militantes que sobreviveram à ditadura relembram tortura; veja ví-

deo. Disponível em: <<<<http://gnt.globo.com/programas/mulheres-em-luta/materias/militantes-que-sobreviveram-a-ditadura-relembra-tortura-veja-video.htm>>. Acesso em: 10 mai. 2014.

MADEIRO, C. Filha de general cassado pela ditadura diz que foi estuprada ao visitar a mãe presa. Disponível em: <<<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/11/11/filha-de-general-cassado-pela-ditadura-diz-que-foi-estuprada-ao-visitar-a-mae-presa.htm>>. Acesso em: 03 abr. 2014.

MAIA, M.; LELO, T. Memórias da ditadura militar no jornalismo: matrizes de sentido nas narrativas sobre crianças vítimas de tortura. **Fronteiras**, v. 16, p. 2-10, 2014.

MOUILLAUD, M. A informação ou a parte de sombra. In: MOUILLAUD, M; PORTO, S. (Orgs). **O jornal** – da forma ao sentido. Brasília: Paralelo 15, p.37-48, 1997a.

MOUILLAUD, M. Posturas do leitor. In: MOUILLAUD, M; PORTO, S. (Orgs). **O jornal** – da forma ao sentido. Brasília: Paralelo 15, p.173-190, 1997b.

PIMENTEL, M. 2014. Aos 61 anos, vítima relata tortura e morte de irmãos na ditadura. Disponível em: <<<<http://noticias.terra.com.br/brasil/aos-61-anos-vitima-relata-tortura-e-morte-de-irmaos-na-ditadura,7980a-361a9b05410VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 10 mai. 2014.

PIOVESAN, F. Direito internacional dos direitos humanos e lei de Anistia: o caso brasileiro In In: SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson (Orgs.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, p. 91-107, 2010.

PRAGMATISMO POLÍTICO. “Fui estuprada pelos militares”, diz filha de general cassado pela ditadura. Disponível em: <<<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/03/fui-estuprada-pelos-militares-diz-filha-de-general-cassado-pela-ditadura.html>>. Acesso em: 04 abr. 2014.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. São Paulo, Editora WMF/Martins Fontes, vol. 1, 2010a.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. São Paulo, Editora WMF/Martins Fontes, vol. 3, 2010b.

SAFATLE, V. Do uso da violência contra o Estado ilegal. In: SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson (Orgs.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, p. 177-186, 2010.

SCHEFF, T. n.d. **Mobilization and silence**: Emotional/relational Dynamics. <<http://www.soc.ucsb.edu/faculty/scheff/main.php?id=44.html>>, s/d.

SCHEFF, T. Vergonha no self e na sociedade. **Revista Brasileira de So-**

ciologia da Emoção, v.12, n.35, p. 656-686, 2013.

TÉTU, J-F. Le Monde e Libération em perspectiva. Referências e significação: Le Monde. In: MOUILLAUD, M; PORTO, S. (Orgs). **O jornal** – da forma ao sentido. Brasília: Paralelo 15, p.191-202, 1997.

VERÓN, E. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

VILLAMÉA, L. O Brasil no divã. **Brasileiros**, São Paulo, n. 70, mai. 2013a, p. 76-81.

VILLAMÉA, L. A filha do general. **Brasileiros**, São Paulo, n. 74, set. 2013b, p. 52-57.

WOLF, M. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

Marta Regina Maia é professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM) e do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: marta@martamaia.pro.br

Thales Vilela Lelo é doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: thales.lelo@gmail.com

RECEBIDO EM: 25/02/2015 | ACEITO EM: 15/04/2015